

**O NACIONALISMO BRASILEIRO E A VOZ DO NORDESTE REPRESENTADOS PELO CANGAÇO EM *O CABELEIRA*, DE FRANKLIN TÁVORA, E AS AULAS DE LITERATURA BRASILEIRA: DESMISTIFICANDO “VERDADES INCONTESTES”**

Yzy Maria Rabelo Câmara<sup>i</sup>  
Yls Rabelo Câmara<sup>i</sup>

**Resumo**

Vários foram os momentos em que o nosso nacionalismo aflorou e foi plasmado pela Literatura. Neste sentido, quando nos referimos ao tema, remetemo-nos automaticamente aos escritores indianistas românticos e aos modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922, mas poucos de nós associamos os regionalistas que escreveram sobre o cangaço como representantes deste mesmo sentimento de ufanismo nacionalista. Devido ao fato dos cangaceiros estarem normalmente associados à imagem da personificação da maldade e da barbárie, menospreza-se a obra de autores que enxergavam nos cangaceiros, cangaceiras e no cangaço per se uma nota de nacionalismo tão lícita e válida quanto no “Bom Índio” de Gonçalves Dias e José de Alencar. Com o objetivo de apreciar sua figura lendária sob outro prisma, neste trabalho, primeiramente nos detemos no cangaço em si para, em seguida, tratarmos da presença do cangaço na Literatura e na obra-prima de Franklin Távora, *O Cabeleira*.

**Palavras-chave:** Cangaço, Nacionalismo, Regionalismo.

**BRAZILIAN NATIONALISM AND THE VOICE FROM BRAZILIAN NORTHEAST REPRESENTED BY FRANKLIN TÁVORA'S *O CABELEIRA*, AND BRAZILIAN LITERATURE CLASSES: DEMISTIFYING "INCONTESTED TRUTHS"**

**Abstract**

Several were the times when our nationalism surfaced and was shaped by Literature. In this sense, when we refer to this subject, we automatically refer to romantic Indianist writers and the Semana de Arte Moderna which took place in 1922, but few of us associate the regionalist writers who wrote about the bandits as representatives of this same sense of nationalistic jingoism. Because the bandits are usually associated with the image of the personification of evilness and barbarism, people despises up the work of authors that saw the bandits, cangaceiras and cangaço itself a nationalist note as lawful and valid as the Gonçalves Dias and José de Alencar's “Good Indian”. In order to enjoy the legendary figure in a different point of view, in this paper, first we analyze the cangaço per se, then its presence in Literature and in Franklin Távora's masterpiece, *O Cabeleira*.

**Keywords:** Cangaço, Nationalism, Regionalism.

**1 – Considerações Iniciais**

“A literatura brasileira formou-se sob a dualidade da tradição portuguesa importada” e a busca de uma nova tradição de cunho local ou nativo” (SIQUEIRA, 2007, p. 9). O advento da independência da colônia que fomos das amarras que nos prendiam a um Portugal que em nada fazia lembrar a potência que fora séculos antes, quando das Grandes Navegações, fez com que a

<sup>i</sup> Universidad John F. Kennedy, Buenos Aires. Doutoranda em Psicologia Social. yzycamara@gmail.com

<sup>i</sup> IFCE. Doutora em Filologia Inglesa. ylsamara@hotmail.com

necessidade de uma literatura genuinamente brasileira aflorasse em nossos antepassados com mais ímpeto. Destarte, o Romantismo foi a escola literária que acatou este desejo da expressão escrita do nacionalismo, uma vez que estava em voga naquela época.

Libertos da hegemonia da Metrópole, influenciados pelo sentimento ufano de nacionalidade esperada em momentos e situações afins, escritores e poetas nos legaram obras impregnadas de amor à pátria, à nossa gente e seus costumes. Ademais, a depender de suas convicções literárias e preferências de estilo, tais artistas da palavra imprimiram sua marca em nossa Literatura com inovações próprias ou adaptadas de outrem e que melhor se ajustavam ao que queriam transmitir.

Foi desta maneira que Franklin Távora, diferindo da opinião de conterrâneos e congêneres seus, preteriu o índio defendido por José de Alencar e Gonçalves Dias como representante genuinamente nacional e fincou as bases do romance regionalista baseado na “Literatura do Norte”. Retratando o sertão em oposição à cidade e emprestando às palavras características do nacionalismo que caracterizava o contexto sócio-político-cultural no qual a obra *O Cabeleira* foi escrita e publicada, Távora transferiu para o sertanejo, intocado pelos refinamentos europeus, a incumbência da representação autêntica de uma parte do país, olvidada do poder público e assolada pelo flagelo da pobreza e da violência. Foi exatamente neste ponto que Távora transgrediu uma vez mais, empoderando como protagonista de sua obra-prima um cangaceiro que implantara o medo e disseminara a morte nos sertões pernambucanos um século antes.

Qual a relação entre *O Cabeleira* e o nacionalismo da época? Sobre isso discorreremos a seguir, não sem antes delinear um panorama do cangaço per se e sua presença em nossa Literatura.

## **2 – O Cangaço, em Rápidas Pinceladas**

De acordo com Santos Jr., as raízes do cangaço entre nós remontam ao Brasil Colonial, à divisão da Terra Brasilis em Capitânicas Hereditárias e, posteriormente, em sesmarias. “[...] surge o cangaço em meados do século XVIII como um instrumento desses latifundiários para impor sua lei, garantindo a disciplina e manutenção da propriedade, executando vinganças e eliminando inimigos políticos [...]” (SANTOS JR., 2010, p. 123). Curiosamente, como apontam Iokoi e colaboradores:

Até hoje, porém, os dicionários registram o termo cangaceiro, com o aparecimento do verbete em 1899, como exemplo de “malfeitor fortemente armado que andava em bando pelos sertões do Nordeste, notadamente ao longo das três primeiras décadas do século XX”. Trata-se de uma simplificação falsa. Sendo a violência um elemento formador de todo o contexto que estamos analisando, também muitas das reações das vítimas desse sistema eram também violentas. Talvez por isso a violência seja tão valorizada, através da valentia, pelas populações sertanejas da região em que o cangaço se desenvolveu. Eis o motivo da alegação de Maria Christina Matta Machado, segundo a qual “os cangaceiros nunca foram entendidos”. Passam por simples criminosos e ladrões, quando, na realidade, eram homens

que lutavam porque não conheceram a justiça (IOKOI *et al.*, 2015, p. 22).

Podemos traçar a trajetória dos cangaceiros mais ilustres entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, mas, sem dúvida, especialmente entre a seca de 1877 e a transição do Império para a República e entre 1900 e 1940, quando o cangaço foi considerado extinto pelo Estado Novo com a morte de Corisco (CARDOSO, 2014; DUTRA, 2009; VILLELA, 1997). Famintos, os flagelados nordestinos assaltavam as ricas fazendas dos “coronéis”, os comboios e o comércio locais, cujos proprietários passaram a contar com a proteção de homens fortemente armados, que impunham a ordem à custa de sangue naquele caos, mescla de abandono e medo, onde instabilidade política incitava o abuso de poder.

Neste intervalo de finais da década de 1870 a 1940, o chamado Ciclo do Cangaço conheceu três classificações para a atividade cangaceira, segundo Mello (1974): o cangaço de rapina ou cangaço meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio. Destas, o cangaço de rapina foi o tipo de banditismo rural que caracterizou aquele momento castigado pelas estiagens e pelo abandono político em que se via mergulhado o Nordeste do país.

Segundo o investigador Billy Jaynes Chandler (1980 *apud* TAVARES, 2013), a palavra cangaço vem de canga ou cangalho, peça de madeira atrelada ao pescoço do gado bovino. Como aqueles degredados sociais eram obrigados a campear levando o mínimo possível de seus pertences consigo, foram assim alcunhados por lembrar bois encangados. O cangaço teve conotações positivas e negativas a depender de termos geográficos e políticos. Enquanto que em algumas regiões os cangaceiros eram idolatrados como heróis e justiceiros, em outras eram considerados bandidos perigosos e desapiedados. Tudo dependia do apoio ou não que recebiam das fazendas, vilarejos ou cidades que atacavam. Pode-se subdividir a ação dos cangaceiros em duas, basicamente: ou trabalhavam para os poderosos do sertão, provendo-lhes segurança e recebendo deles quartéis e asilos na caatinga, ou de maneira independente, tendendo ao banditismo (CLEMENTE, 2007).

No mais das vezes, suas boas ações consistiam em roubar dos ricos para dividir com os pobres; as más, em assaltos, saqueios, sequestros, estupros, assassinatos e ações cruéis que visavam impor o respeito à base de sangue. Como bandidos sociais, inspiravam amor e ódio, serviam de exemplo ou de ponto de mira. Dória descreve o bandido social nestes termos:

[...] é, em geral, membro de uma sociedade rural e, por razões várias, encarado como proscrito ou criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Apesar disso, continua a fazer parte da sociedade camponesa de que é originário e é considerado como herói por sua gente, seja ele um „justiceiro“, um „vingador“ ou alguém que „rouba aos ricos“ (1981, p. 11).

Ao que Villela complementa dizendo que:

Os crimes no sertão tinham móveis semelhantes aos do brejo. Matava-se por dinheiro, por armas tomadas, por roubo de gado. Matava-se por vingança de família, por questão de terra, por desmoralização e por briga entre cães de donos diferentes, por cães que matavam criações, por tensões de vizinhança, por rapto e defloramento de moças (2001, p. 153-154).

Pode-se afirmar que, segundo Oliveira (2009), a rede de relações sociais movida pelo cangaço articulava três vértices de um mesmo triângulo: os cangaceiros, os coiteiros (sertanejos que escondiam e protegiam os cangaceiros em troca de favores, por simpatia ou medo) e os policiais (as “volantes” ou “macacos”, homens treinados para atuar rapidamente sobre os bandidos na caatinga).

Para ser um bom cangaceiro, necessitava-se coragem. Era preciso ser um exímio conhecedor da região seca e inóspita que o cercava; saber onde estavam os mananciais e as rotas de fuga mais próximas; entender de medicina erval e ter resistência à fome, à sede, ao sono e ao pânico da morte iminente. O primeiro cangaceiro de quem se tem notícia foi o famigerado Cabeleira, como era conhecido José Gomes, nascido em 1751, na zona da mata pernambucana. O primeiro grupo de cangaceiros foi o de Lucas Evangelista, o Lucas da Feira, e se tratava de uns trinta homens que atuaram na região de Feira de Santana, na Bahia, entre 1828 e 1848, até que seu chefe foi finalmente pego e enforcado um ano depois. O mais famoso foi o de Lampião, que nunca contou com mais de 50 “cabras” e que “reinou” durante duas décadas. O último e não menos famoso pertenceu ao discípulo direto deste, Corisco, que morreu junto com vários integrantes de seu bando no ano de 1940, em uma emboscada em uma casa de farinha da Fazenda Pacheco, na cidade de Barra do Mendes, na Bahia.

Como havíamos exposto, seu *modus operandi* consistia em reduzir moralmente os inimigos. Era costume entre os cangaceiros maltratar as mulheres alheias ao bando, especialmente as que estavam vinculadas à polícia e aos delatores. Dentre os castigos morais mais ignominiosos estavam o de expô-las nuas em praça pública e raspar-lhes a cabeça, além de lhes marcar os rostos com ferro em brasa àquelas mulheres que usassem calças compridas e/ou cabelos curtos. Quando as cangaceiras caíam nas mãos dos perseguidores e inimigos de Lampião, a retaliação tinha o mesmo grau de crueldade. À guisa de ilustração, quando a cangaceira Neném foi assassinada pela “volante”, teve seu corpo vilipendiado (como era costumeiro), violentado sexualmente por cachorros incitados pelos próprios policiais assassinos (FREITAS, 2005). Curiosamente, Lampião não costumava sentir remorso por seus crimes; achava que sua missão era fazer justiça e, quando matava alguém, oferecia a alma do morto e pedia o perdão divino pelo que acabara de realizar (LINS, 1997).

Muito peculiar também era a forma como costumavam vestir-se:

Vistosos chapéus de couro adornados com estrelas, abas viradas à moda Napoleão; testeira com moedas de ouro; uniformes de alvorada grossa; óculos escuros, lenços, anéis e para alguns, dentes de ouro; perneiras de couro; sandálias de couro; alças de cantis, cartucheiras, bornais decorados (CLEMENTE, 2007, p. 9).

Os cangaceiros anteriores a Lampião não se vestiam de modo exuberante. Esse foi um traço característico instituído pelo “Capitão” ao receber do Padre Cícero Romão Batista esta patente, em 1926, e a missão por parte do Governo Federal de se unir ao Batalhão Patriótico do Governo Vargas para destruir a Coluna Prestes. Até então, usavam-se roupas civis; a partir do encontro com seu “Padrinho”, Lampião recebeu solenemente um uniforme e todos os jagunços passaram a adotar o uso exclusivo do uniforme também, o que estabeleceu uma clara diferença entre o antes e o depois deste feito. Passou-se, por assim dizer, a enxergar o bando do “Capitão” como um grupo mais hegemônico, mais organizado e mais coeso que seus antecessores. A indumentária do cangaço, além de compor uma unidade visual, definia a hierarquia dentro do grupo. Assim sendo, somente os chefes de bando possuíam certos tipos de enfeites e Lampião e Maria Bonita se diferenciavam de todos os demais neste quesito por possuírem roupas melhor elaboradas, feitas a partir de tecidos mais resistentes e contando com acessórios mais valiosos e exuberantes (ARAÚJO, 2010).

De acordo com Lins (1997), a entrada da mulher no cangaço tornou os cangaceiros ainda mais cuidadosos com sua aparência pessoal. Sob a forte influência feminina, os trajes e acessórios dos “cabras” passaram a ser customizados, ganhando novos elementos como joias, moedas, flores em couro e estrelas de metais – detalhes que acabaram por suavizá-los. Além destes componentes mundanos/seculares, havia a presença de adornos religiosos como medalhas de santos (principalmente as de São Jorge e Nossa Senhora), além de objetos de mandinga (como os patuás, que serviam de inspiração apotropaica). Faz-se necessário esclarecer que alguns dos acessórios usados por eles não eram por eles fabricados, mas sim pelos artesãos das regiões pelas quais eles passavam. Entre estes podemos citar os chapéus, os cintos, as alpercatas, as cartucheiras, os punhais e as joias (ARAÚJO, 2010).

Em suma, estigmatizado por problemas ainda hoje sem solução tais como a miséria, a seca, a fome e a exploração laboral, o sertão nordestino foi o cenário de inúmeros conflitos reveladores de uma violência pertinente a uma sociedade famélica. Assim como o sertão, os sertanejos; assim como os sertanejos, os cangaceiros; assim como os cangaceiros, o Cabeleira. Para que entendamos a importância desta obra como reflexo do nacionalismo que caracterizou os idos de 1870 a 1940, resumimos na seguinte sessão a relevância da presença do cangaço em nossas Letras.

### 3 – A Presença do Cangaço na Literatura Brasileira

Nossa Literatura plasmou o *modus vivendi* destes homens e mulheres indômitos, ora lhes ressaltando a bravura e enaltecendo-os por suas nobres qualidades de justiceiros, ora ratificando sua crueldade em ação. Os cangaceiros, representados por Lampião (seu líder maior) e por outros chefes de bandos como Corisco, Jesuíno Brilhante, Sebastião Pereira e Antônio Silvino sempre dividiram opiniões: para uns foram assassinos sanguinários, sedentos de vingança; para outros, como nós, autoras deste artigo, foram justiceiros – homens marcados pela égide da incompreensão, que campeavam soltos pelos sertões do Nordeste. Suas vidas errantes e calcadas na “justiça feita com as próprias mãos” foram a representação violenta de uma voz que não era ouvida e que necessitou desta catarse para ser respeitada como o clamor de um povo que também era parte integrante da nação de outrora, ainda que esquecida.

Se eles foram e são vistos com reserva, suas companheiras de armas e de vida, as cangaceiras, que no cangaço estiveram em sua última década, o foram e o são muito mais, uma vez que eram mulheres em um Brasil ainda intocado pela segunda onda do feminismo que somente afloraria nos Estados Unidos e na Europa vinte anos depois de oficialmente extinto o cangaço em terras brasileiras. Analisadas a partir de uma ótica feminista, as cangaceiras bem poderiam ser a representação desta mulher que rompe padrões, que provoca, que inquieta e que muda paradigmas. No entanto, à sua época, este perfil não lhes poderia corresponder. Marcado profundamente pelo coronelismo que até hoje impera de alguma maneira, o Nordeste daqueles idos era impermeável a estas mulheres temerárias, que infundiam mais medo que respeito.

Polêmicas e contradições à parte, alguns são os autores e os romances brasileiros que tratam do cangaço e dos cangaceiros, quer de forma positiva, quer de forma negativa. Dentre os mais famosos podemos destacar: *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora; *Cangaceiros* (1938), de José Lins do Rego, *Seara Vermelha*, de Jorge Amado e *D’A Pedra do Reino* e *O Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta* (1972), de Ariano Suassuna. O cangaço foi inegavelmente uma forte influência na obra de todos estes escritores premiados e reconhecidos como exponenciais de nossas Letras. Seus romances, regionalistas, plasmaram a realidade do Nordeste e legaram às futuras gerações a imagem do cangaceiro tal como ele era visto em seu contexto social, político e cultural. Normalmente alçados à condição de heróis na maior parte do que deles se cristalizou em forma de texto literário, os cangaceiros representam, à sua maneira, o nacionalismo porque sua presença evoca a força e a coragem que rivalizam com o “Bom Índio” enaltecido pelos indianistas.

A seguir discorreremos sobre a obra-prima de Franklin Távora, *O Cabeleira*, sua importância histórica e literária.

#### 4 – *O Cabeleira*, de Franklin Távora

João Franklin da Silveira Távora (1842-1888), o primeiro romancista regionalista do Nordeste foi, além de advogado, escritor, jornalista, político e teatrólogo. Como escritor, opôs-se às ideias defendidas por outros regionalistas, como seu conterrâneo José de Alencar, que exaltava o “bom índio” como o único representante genuinamente nacional, e outros, sulistas, que se dedicavam a escrever sobre o Sul do país, permeáveis aos estrangeirismos que ele ojerizava. Em vez de inovações linguísticas importadas e de uma figura heroica que nada tinha de unicamente original a seu ver, mas que embaçavam a espontaneidade da criação sob a influência do sentimento de amor e pertença à pátria, notamos em sua obra laivos nacionalistas, já que Távora enaltecia figuras de nosso folclore, nossas riquezas naturais e nosso povo com sua cultura e hábitos inerentes.

Sua intenção primordial era, como aponta Siqueira, “alcançar uma literatura eminentemente nacional” resgatando nossas tradições mais autênticas, “levantar ainda com luta e esforço os nobres foros dessa grande região, exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia máscula, nova, vívida e louçã tão ignorada”. Távora via o “Norte” como emblemático na formação da identidade brasileira principalmente porque a colonização de nosso país teve uma substancial participação do Nordeste, com rebeliões que consolidaram nossa importância política (SIQUEIRA, 2007 p. 211-212).

Para Távora, o sertanejo simbolizava a realidade do Nordeste, mergulhado na pobreza e em uma ética própria. Os literatos da Corte idealizavam o país como sendo unifacetado porque desconheciam as distintas realidades das províncias mais longínquas, centrados que estavam bastante mais no Sudeste. No prefácio de *O Cabeleira*, Távora propõe uma Literatura do Norte que alberga um projeto regionalista, que não deixa de ser entendido como nacionalista, e que constrói uma nova identidade do brasileiro projetada no homem do sertão. Segundo Siqueira:

Para Távora, a identidade brasileira deveria ser reconhecida na miscigenação, da qual seus matutos e caboclos constituem a representação. Da mesma forma, o Norte, primeira sede da colonização, configurava-se como o guardião do rico cabedal histórico, artístico, folclórico e cultural (2010, p. 214).

De acordo com Bariani (2009), *O Cabeleira* foi um marco na Literatura Brasileira não somente pelo famoso prólogo, onde Távora postula esta “Literatura do Norte”, mas também porque propõe como herói um facínora. A vida de José Gomes, o mítico Cabeleira, é narrada por ele, dando especial relevo à sua carreira no crime, que legou à posteridade, em forma de tradição oral ou na literatura de cordel, a fama de assassino inescrupuloso no estado do Pernambuco do século XVIII. Escrever sobre este homem violento, de modus vivendi indigesto foi, segundo Siqueira (2010), uma inovação técnica ousada por parte do autor, que acreditava que José Gomes teve a personalidade

voltada para o mal devido à forma como a vida lhe tratara, retorcendo-lhe as virtudes e as melhores intenções.

O cangaço divide opiniões desde sempre. Para uns, foi uma das expressões da selvajaria em um Brasil dividido entre as polaridades Norte-Sul, com tudo o que isto significa; para outros como nós, autoras deste trabalho, o cangaço foi a manifestação autenticamente incorporada da “justiça feita com as próprias mãos”, em um Nordeste notadamente por duas óticas: a do litoral e a do sertão. Irreconciliáveis, estas duas maneiras de conceber o mundo marcaram os nordestinos até recentemente, quando algumas mudanças de ordem político-social-religiosa foram reconfiguradas e seguem neste processo. As façanhas dos cangaceiros “foram um dos raros momentos em que o Norte tinha espaço na imprensa do Sul, assim como quando ocorria a repressão a movimentos messiânicos; secas ou lutas fratricidas entre parentelas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999 *apud* CLEMENTE, 2013, p. 103).

O cangaço, a nosso ver, expressa o nacionalismo quando, naquele contexto de mudanças políticas, houve a necessidade de se refletir sobre o Brasil que o Brasil desconhecia, de levar o conhecimento ao povo e de formar uma nação liberal, que promovesse o crescimento do indivíduo dentro de uma sociedade que estava galgando os degraus da prosperidade (SIQUEIRA, 2010). Por outro lado, também, ainda que paradoxalmente corroborando esta teoria:

[...] a concepção ufanista de nacionalidade é drasticamente rompida pela escolha de um criminoso sanguinário como herói. Embora Cabeleira seja redimido pela reinvenção literária do autor, a escolha de uma figura marginalizada (o personagem Lourenço) como protagonista dos romances posteriores expõe a opção pela análise da interioridade humana e pela ponderação sobre a construção da identidade brasileira. Uma vez que o bandido e o delinquente contrapõem-se ao modelo heroico indianista, esses heróis do Mal representam a recusa deste modelo ideal, assim como a convicção do autor de que a criação literária deve ser fruto de uma análise voltada para realidade do país. Tal concepção inclui ainda o desejo do progresso, visto que os elementos regionais originais, pouco influenciados pela exterior, nem por isso devem permanecer no atraso e na ignorância, geradores da barbárie, segundo o escritor (SIQUEIRA, 2010, p. 214).

Como a Corte estava impregnada de modismos europeus que em nada condiziam com uma grande parte da realidade do país naquele contexto histórico e social, coube aos escritores nortistas o papel de divulgar outra realidade, a desconhecida pela elite da Corte, mas sobradamente conhecida pelos sertanejos “do Norte”. O cangaço era parte integrante daquele momento conturbado e assim, nacionalismo, cangaço, bravura e sangue se misturaram na formação desta persona que simboliza o brasileiro comum, afeito às dificuldades da vida mesma, intocado pelos maneirismos vazios importados da Europa e aferrados às suas origens. De acordo com Greco:

O sertanismo, ou seja a valorização do sertão e da tipologia humana do sertanejo, é uma forma de idealização sentimental cuja dimensão rural é considerada apenas no seu aspecto

positivo: um sertão bom e genuíno, povoado por seres generosos, fortes e puros. Mas o sertanismo, que acompanha o Regionalismo desde o movimento romântico, é também uma reação nativista mais rigorosa do indianismo que o precede e, sobretudo, mais autêntica porque baseada numa realidade nacional mais enraizada no tecido cultural da sociedade (2009, p. 312-313).

Há que se ter muito clara esta distinção entre Norte e Nordeste naqueles idos para que o discurso que envolve o regionalismo flua sem interferência de dúvidas:

Segundo Durval Muniz Albuquerque Júnior, o termo Nordeste foi “usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de obras contra as secas (IFOCs), criada em 1919”. Acontecimento que foi aquilatado não apenas como a criação de mais um organismo de combate ao fenômeno devastador das secas, mas a afirmação de uma região e a subsequente constituição de uma identidade regional. Conforme esclarece o autor, ainda no início da década de 1920, os termos Norte e Nordeste eram usados como sinônimos, mostrando ser esse um momento de transição, “em que a própria ideia de Nordeste não havia se institucionalizado”. Antes de Albuquerque Júnior, o historiador Evaldo Cabral de Mello já havia indicado que no longo período que vai do Império ao ocaso do período conhecido como República Velha (1822-1930), só se conhecia duas regiões. As províncias e, posteriormente, os estados do Norte – da Amazônia à Bahia- contrapondo-se às províncias do Sul – do Espírito Santo ao Rio Grande. Nesse período, portanto, a geografia regional do Brasil era simplificada: “nada de nordeste, sudeste ou centro-oeste” (CLEMENTE, 2013, p. 103).

Se bem analisarmos os cancioneiros nacionais, verificaremos que os mesmos apresentam características que se mostram exclusivas, a partir do momento em que constituem uma continuação das gestas medievais trazidas pelos colonizadores: em vez de cantar as proezas de Lancelot, de Gawaine ou de Arthur, exaltam as andanças heroicas do sertanejo representado pelo vaqueiro, pelo líder insurrecto, pelo cangaceiro (SIQUEIRA, 2010).

Quanto ao estilo literário de Távora nesta obra especificamente, comprovase que a narrativa se realiza em terceira pessoa através de um narrador onisciente e onipresente, “que não omite seu julgamento moral, conhece os fatos e sua sucessão, e transporta o leitor para locais e momentos diversos, [...] que tece cuidadosamente a rede dos fatos em pequenos avanços e recuos no tempo e espaço” (BARIANI, 2009, p. 417- 418). Távora vai além do Romantismo em sua obra, que apresenta características naturalistas também:

Atribuir características animalescas a pessoas constituiu objeto de especial utilização pelos escritores naturalistas. O intuito de análise científica leva-os a criar uma espécie de animalização do homem como meio de se enfatizar a preponderância das funções fisiológicas ou dos instintos sobre a vontade ou consciência humana. Esta visão, segundo Zola, é uma “consequência da evolução científica do século”, que “substitui o estudo do homem abstrato e metafísico pelo estudo do homem natural, submetido às leis fisco-químicas e determinado pelas influências do meio”. Alinhado a esta perspectiva, o narrador do romance exterioriza a bestialidade do mameluco através de suas formas físicas: “era baixo, corpulento e menos feito...”; o oposto do filho que a natureza “havia dotado com vigorosas formas” e que “por seus predicados naturais não estava destinado a ser o que foi”. A comparação entre os dois visa a justificar que Cabeleira, embora filho, evidencia em sua forma física perfeita o caráter bom herdado da mãe, enquanto o desajeitamento físico de Joaquim indica seu estado de selvageria e animalidade (SIQUEIRA, 2010, p. 220).

Além de predicados das personagens que fazem referência ao Naturalismo em si, Bariani enxerga traços ideológicos em *O Cabeleira*:

Segundo o narrador, o comportamento dos personagens (e sua disposição para maldade), sobretudo do herói, repousa nas condicionantes derivadas das eventuais presença e influência da natureza (influência negativa) e, principalmente, da educação (positiva). Numa interpretação dessa assertiva, a natureza pode ser percebida como o ambiente físico e os fatores genéticobiológicos, certa vivência ecológica do indivíduo; já a educação, em sentido lato, refere-se às formas culturais, sociais, dessa vivência, desde a eventual existência e desempenho das instituições (Estado, família, escola), passando pelos modos de sociabilidade, até a própria influência de indivíduos sobre outros – enquanto modelo de ação a partir de seus papéis sociais e atuação individual, como o “exemplo” negativo dado pelo pai ao filho. Franklin Távora, por meio do narrador, deixa entrever a influência do positivismo e do evolucionismo na conformação de seu entendimento da vida dos homens. A atuação dos personagens é condicionada por fatores como meio, raça e formas de sociabilidade. O ambiente físico é um dos fatores centrais de influência no comportamento daqueles indivíduos. Em relativo isolamento no sertão, cercados pela natureza indômita, os personagens tendem a agir de modo rude e até cruel, pois a subsistência, a sobrevivência física, ocupa lugar de destaque naquele meio hostil, demasiado distante das regras civilizatórias impostas pelas instituições. Sem tais controles sociais grassa a existência bruta, as regras de sociabilidade ficam subjugadas aos imperativos imediatos dos apetites, paixões e instintos. Assim, José e Joaquim Gomes, ao assumirem uma vida de crimes, internam-se no mato; o mesmo acontece com todos os sicários presentes na história: refugiam-se na mata e de lá só saem para assaltar e fustigar a incipiente civilização. Não é de menos que o próprio José Gomes só se torna o Cabeleira após adentrar a floresta com seu pai e isolarem-se do convívio com os outros: os cabelos compridos que então ostenta são o símbolo atávico de que José Gomes transformou-se em Cabeleira, assumiu uma outra personalidade, tendencialmente má. De outro modo, os habitantes das cidades e povoações são pacíficos, presas fáceis da maldade dos selvagens, sua urbanidade – positivamente valorizada pelo autor – é também sua fraqueza (BARIANI, 2009, p. 419).

Apesar das inovações estilísticas advindas com a obra, a mesma foi condenada ao ostracismo acadêmico por um tempo, uma vez que à academia não lhe interessou de imediato o estudo literário de um bandido, de um pária social. Sobre este rechaço e as razões para isso, Bariani comenta que:

[...] a marginalização de *O Cabeleira* deve-se também ao estranho resultado do cruzamento de estilos, gêneros e tendências, o romance está ainda ligado ao Romantismo, mas compartilha uma posição realista dos fatos e uma visão um tanto naturalista do meio e dos homens. Pretende-se uma obra histórica e verídica – dando início à sequência que terá ainda *O Matuto* (1878) e *Lourenço* (1881)<sup>14</sup> –, mas a idealização da trama afrouxa esse caráter; entretanto, como romance histórico, relega o cenário e os fatos da história social a um plano inferior, como mero apêndice da trama (2009, p. 426).

Franklin Távora morreu precocemente e não teve tempo de ver sua obra devidamente reconhecida em vida. Como ousou quebrar grilhões, paradigmas e tabus, pagou o alto preço do olvido por isso. Na encruzilhada de estilos, estéticas e escolas pelas quais perpassou, onde mesclou romance histórico com moralismo, Romantismo com Realismo e Naturalismo e progresso com sertão, Távora teve que perder-se para poder ser encontrado, valorizado e alçado ao lugar que merece no panteão de nossos mais ilustres literatos.

## 5 – Considerações Finais

Ao concluir este trabalho, baseado em um levantamento bibliográfico acerca de Franklin Távora, d'*O Cabeleira* e do nacionalismo presente no contexto deste romance, ratificamos que apesar de soar paradoxal, a figura de um cangaceiro, ainda que sanguinário, representa bem o sertanejo que Távora defendeu em seu projeto da “Literatura do Norte”, no prólogo desta que foi sua obra-prima e representa, por extensão, o nacionalismo presente nas ideias defendidas pelo autor, defensor visceral de uma literatura que representasse fidedignamente nossa cultura, nossa gente e nossa grande riqueza de recursos naturais.

O regionalismo que ele iniciou foi uma reação ao estado de abandono no qual estava mergulhado o Nordeste, envolto no mar de sangue que o descaso ocultava e que a Corte não enxergava:

Sua proposição do regionalismo como Literatura do Norte é a reação ao estado de coisas econômico, político e cultural (literário), à decadência do latifúndio e ascensão burguesa na crise do Império e do regime escravista, ao centralismo político-administrativo e ao monopólio de oportunidades sociais – mormente culturais – da Corte. A questão da maldade expressa – consequentemente – essa condição de entroncamento. Situada nessa encruzilhada, é simultaneamente uma problemática ética, política e científica; natural e social; relacionada à natureza humana, ao meio, à condição social e racial; no limite, amenizada pela coerção ou anulada pela educação, a maldade é fruto do atraso e deve ser combatida pelo progresso, pela modernidade, pelo desenvolvimento capitalista urbano e industrial (BARIANI, 2009, p. 433).

## Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Germana Gonçalves de. Aparição do cangaceiro. **VI Enecult – Encontros de Estudos Multidisciplinres em Cultura**, p. 1-9, Salvador, 2010.
- BARIANI, Edison. A maldade na encruzilhada do século XIX: Franklin Távora e O Cabeleira. **Itinerários**, n. 29, p. 417-435, 2009.
- CARDOSO, Daniela Cláudia Sperandir. Historiografia e cangaço: uma análise introdutória. **Trabalho de Conclusão de Curso**. 2014, 59 f. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Fundação Educacional de Ituverava, 2014.
- CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Terra ignota: cangaço e representações dos sertões do nordeste brasileiro na primeira metade do século XX. **Outros Tempos**, v. 10, n. 15, p. 100-121, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Cangaço e cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião”. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**. v. 4, n. 4, p. 1-18, 2007.
- DÓRIA, Carlos Alberto. **O Cangaço**. Série: Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, S.A. 1981.
- DUTRA, Wesley Rodrigues. Teorizando o cangaço: o “Rei Lampião” e a questão do banditismo social. Anais do Terceiro Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo, Flávia Florentino Varela (orgs.). Ouro Preto: Edupof, 2009.
- FREITAS, Ana Paula Saraiva de. A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940). 2005, 135 f. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 2005.
- GRECO, Riccardo. O Sertanejo no sertão-mundo. **Baleia na Rede – Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura**, v. 1, n. 6, p. 311-315, dez. 2009.

- IOKOI, Zilda *et al.* Cangaço: insurgentes no nordeste. Origens no século XIX. **Diversitas: Núcleo de Estudos da Diversidade, Intolerância e Conflito**. Universidade de São Paulo, p. 43, 2015.
- LINS, Daniel. **Lampião, o homem que amava as mulheres: o imaginário no cangaço**. São Paulo: Annablume Editora, 1997.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. Aspectos do banditismo rural nordestino. **Cia. & Tro.**, v. 2, n. 1, p. 67-111, jan.-jun, 1974.
- OLIVEIRA, Klebson *et al.* **Novos tons de rosa (Cartas e bilhetes de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião: sócio história, funções e um pouquinho de descrição linguística)**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SANTOS Jr. As marias no cangaço: faces femininas no banditismo social (1930-1940). *Historien – Revista de História*, n. 3, p. 121-135, 2010.
- SANTINI, Juliana. A formação da literatura brasileira e o regionalismo. **O Eixo e a Roda**, v. 20, n.1, p. 69-85, 2011.
- SIQUEIRA, Ana Márcia Alves. Crime, violência e maldade na “literatura do norte”, uma problemática em questão. **Aletria**, v. 20, n. 10, p. 211-226, set - dez, 2010. \_\_\_\_\_. O Cabeleira entre a tradição e o cientificismo: a construção do herói sertanejo e o projeto educacional de Franklin Távora. 2007, 235 f. **Tese Doutoral**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, 2007.
- TAVARES, Eraldo Ribeiro. Cangaceiros e devotos: religiosidade no movimento do cangaço (Nordeste brasileiro, 1900-1940). 2013, 100 f. **Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião**: Universidade Católica de Pernambuco, 2013.
- TÁVORA, Franklin. **O Cabeleira**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.
- VILLELA, Jorge Mattar. Societas sceleris - cangaço e formação de grupos armados no sertão de Pernambuco. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, p. 143-163, 2001.
- \_\_\_\_\_. O advento do Estado Novo, a morte de Lampião e o fim do cangaço. **Revista de Sociologia e Política**, n. 9, p. 81-94, 1997. 112